

RELATÓRIO DE GESTÃO / 2011

1. INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submetem-se os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2011 à aprovação da Câmara Municipal nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º do citado diploma legal, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, ao abrigo do previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º do mesmo diploma legal, na sua sessão ordinária de Abril, de acordo com o n.º 2 do artigo 49.º da citada Lei n.º 169/99 e com o n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais).

Contudo, e em conformidade com o n.º 1 do artigo 51.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, as contas do Município são remetidas pelo órgão executivo ao Tribunal de Contas até 30 de Abril, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo.

A prestação de contas é constituída pelos documentos mencionados no n.º 2 do ponto 2 e nos pontos 2.1, 2.2, 2.3.3, 2.3.4 e 2.4 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Serão ainda integrados nos documentos de prestação de contas, as declarações previstas no artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos compromissos e pagamentos em atraso), de acordo com o n.º 3 do referido artigo.

O presente documento constitui o Relatório de Gestão e é um dos documentos da prestação de contas, elaborado de acordo com o ponto n.º 13 do POCAL, que tem uma finalidade de prestar informação económico-financeira sobre a actividade municipal do ano económico em apreço, bem como a sua evolução. Caracteriza-se ainda por ser um instrumento fundamental na aferição da qualidade de gestão municipal, através da avaliação dos resultados e do grau de eficiência e eficácia dos recursos aos objectivos realizados.

Serão objecto de análise a execução orçamental da receita e da despesa, bem como os investimentos, quer na globalidade, quer por sectores de actividade e sua evolução. Numa perspectiva patrimonial, a situação financeira espelhará a análise ao Balanço e Demonstração de Resultados e respectivos indicadores financeiros.

No relatório de gestão, pretende-se dar a conhecer a todos, de forma clara e detalhada, a situação financeira do Município de Óbidos no ano de 2011 e qual a sua evolução ao longo dos últimos anos, que resulta das políticas e opções do executivo.

Também no ano de 2011, a gestão do município foi impulsionada positivamente pela colaboração que os diferentes intervenientes locais – Autarcas, dirigentes e funcionários municipais, munícipes, organizações particulares, colectividades, empresas e demais entidades públicas e privadas, prestaram à autarquia.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL

2.1. ANÁLISE SUMÁRIA

PLANEAMENTO, PRUDÊNCIA E POUPANÇA.

A atividade do Município em 2011 traduz, fundamentalmente, estas três características.

Numa conjuntura nacional de retração económica, o executivo municipal conseguiu manter os objetivos estratégicos alinhados por um planeamento rigoroso das despesas e dos investimentos prioritários, adequando-os não somente às necessidades prementes das populações e dos serviços, mas também garantindo o seu financiamento.

A concretização das medidas de contenção da despesa e racionalização da receita definidas em 2010, revelam um controlo de gestão constante e rigoroso, que permitiu diminuir a despesa, bem como reduzir significativamente a dívida a terceiros.

A atitude de prudência por parte do executivo, revela a preocupação em garantir um futuro financeiro confortável, que possa ancorar a estratégia delineada para o Concelho e que permita ter meios para corresponder às expectativas e exigências das populações.

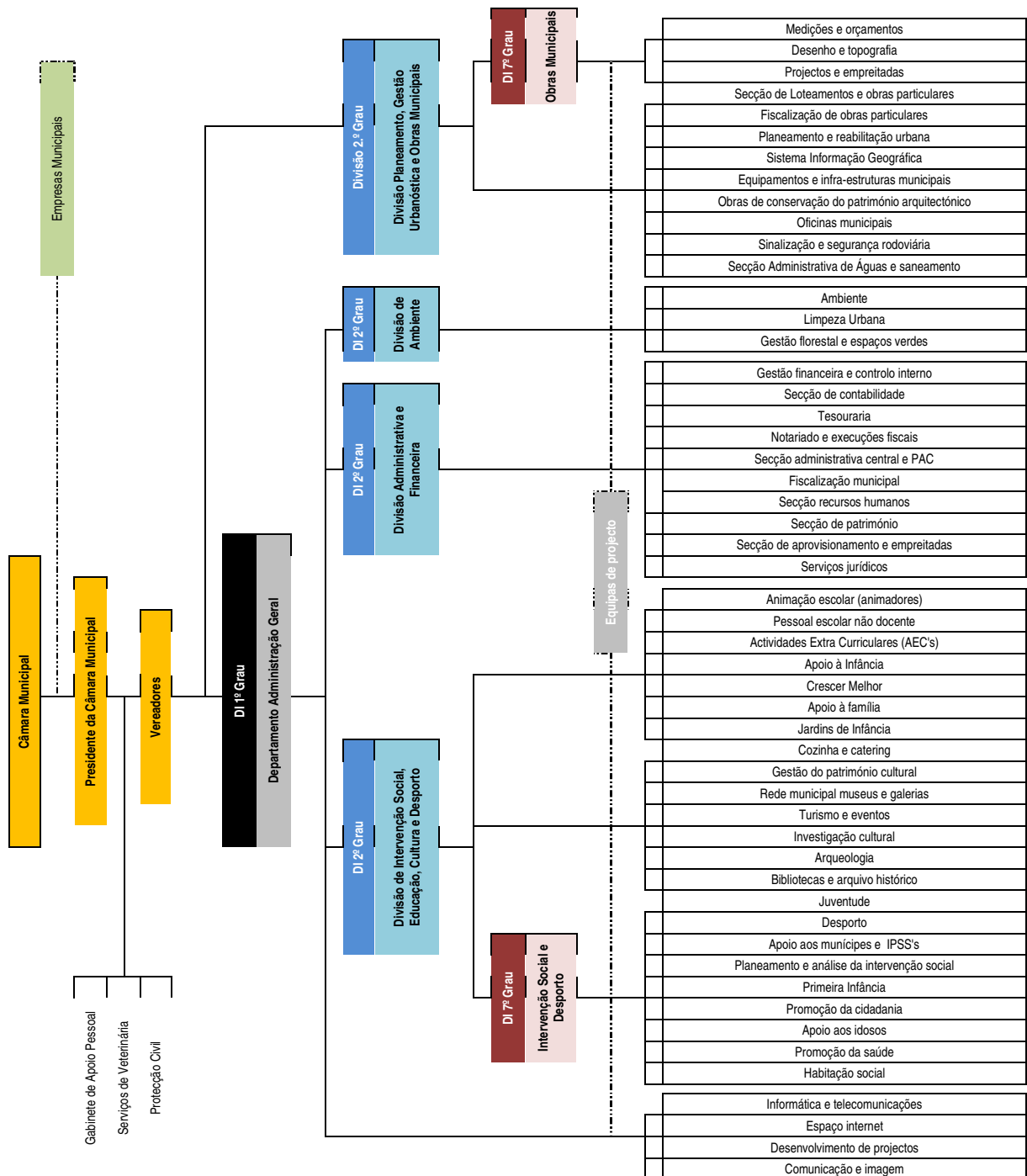
Em termos económico-financeiros, o Município de Óbidos alcançou um estatuto de relevo, com um grau de liquidez, solvabilidade e autonomia financeira invejáveis, só possíveis de concretizar através da conjugação dos fatores acima referidos.

De salientar ainda que 2011 foi o ano em que as demonstrações financeiras espelham a realidade patrimonial do Município na sua totalidade, ao afirmarem no Balanço e na Demonstração de Resultados o valor da totalidade do imobilizado e respetivas amortizações. Apesar deste custo acrescido (amortizações do exercício), o Resultado Líquido é próximo dos 4,5 M€.

Em termos consolidados, o Grupo Municipal no seu todo, espelha uma situação económico-financeira de perfeita saúde, com resultados positivos nas três entidades que o compõem: Município, Óbidos Patrimonium, EEM e Óbidos Requalifica, EEM.

Num ano em que a generalidade da economia se ensombra pelo fenómeno da “crise”, Óbidos marca a diferença ao continuar a marcar um ritmo muito positivo na rota do crescimento, da inovação e da excelência.

2.2. ESTRUTURA ORGANIZATIVA

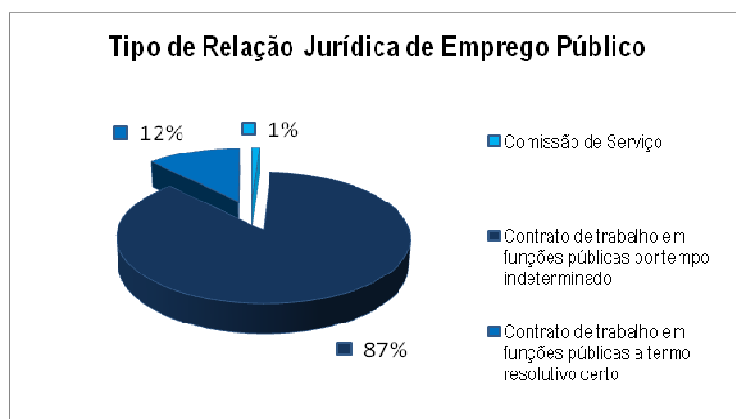


2.3. MEIOS HUMANOS

2.3.1. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

2.3.1.1. Efectivos Globais

No final de 2011, o Município de Óbidos possuía um total de 345 trabalhadores, distribuídos da seguinte forma: 3 em Comissão de Serviço, 299 com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado e 43 com Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo.



Fonte: Balanço Social 2011.

Contagem por grupo de pessoal segundo género

Grupos de Pessoal	Homens	Mulheres	Total	%
Dirigente	2	1	3	0,87
Técnico Superior	14	35	49	14,20
Assistente Técnico	20	39	59	17,10
Assistente Operacional	101	119	220	63,77
Bombeiro	1	0	1	0,29
Informática	5	0	5	1,45
Outros	2	6	8	2,32
TOTAIS	145	200	345	100,00

3.

Fonte: Balanço Social 2011.

3.1.1.1. Grupo de Pessoal

Em relação ao ano de 2010, verificou-se no total dos trabalhadores um decréscimo de 6 trabalhadores, resultado da saída de 37 trabalhadores e admissão de 31 trabalhadores.

3.1.1.2. Estrutura Etária

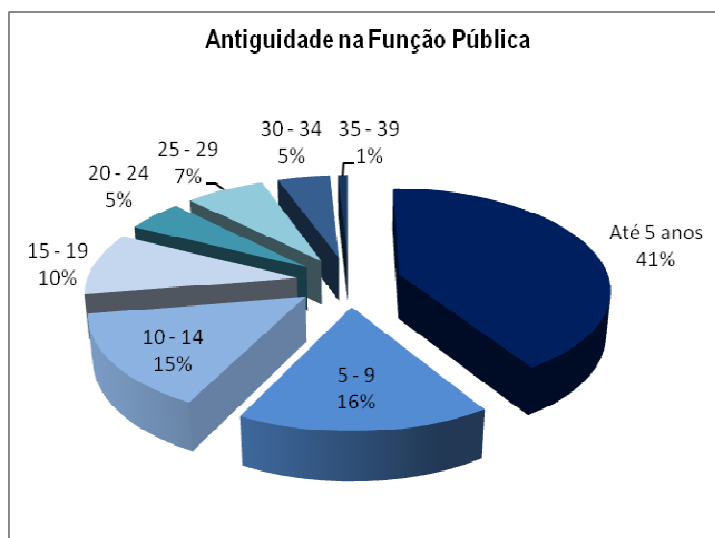
Verifica-se um equilíbrio etário, não existindo trabalhadores com menos de 20 anos, nem com mais de 70 anos. 50 % dos trabalhadores estão distribuídos em três faixas etárias: 57 trabalhadores na faixa etária dos 30 – 34 anos, 64 dos 35 – 39 anos e 50 dos 40 – 44 anos.



Fonte: Balanço Social 2011

3.1.1.3. Antiguidade na Função Pública

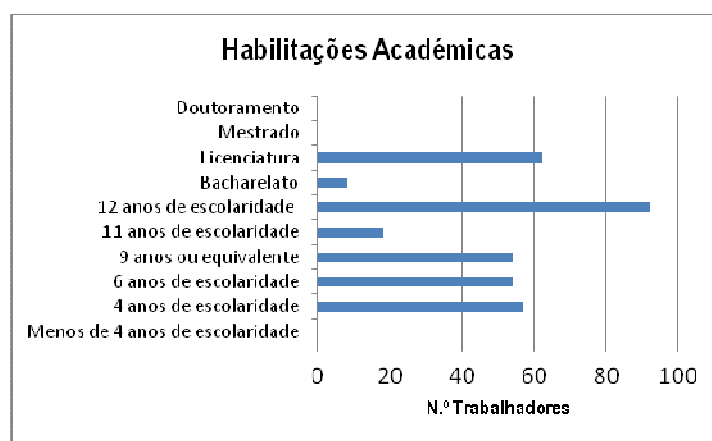
Este estudo permite concluir que a maioria dos trabalhadores desempenha funções no Município de Óbidos há 5 anos (41 %), com grande incidência na carreira de Assistente Operacional e 16 % de 5 a 9 anos, concluindo-se que 57 % apresenta um nível de antiguidade até aos 9 anos. Os restantes 43 % encontram-se distribuídos da seguinte forma: 37 % de forma idêntica dos 10 aos 29 anos e os restantes 6% ultrapassam os 30 anos de antiguidade.



Fonte: Balanço Social 2011

3.1.1.4. Habilitações Académicas

Na carreira de Assistente Operacional situa-se o nível de instrução mais baixo, 57 trabalhadores possuem apenas o 4.º ano de escolaridade, 52 o 6.º ano e 45, o 9.º ano de escolaridade, representando 70 % do total de efetivos na categoria. No que diz respeito aos restantes níveis de escolaridade destacam-se, o 12.º ano com 92 trabalhadores e a Licenciatura com 62 trabalhadores, representando respetivamente 27 % e 18 % do total dos efetivos.



Fonte: Balanço Social 2011

3.1.1.5. Trabalhadores com Necessidades Especiais

É de 7 o número de trabalhadores beneficiários de redução fiscal em virtude de serem portadores de deficiência a que corresponde uma taxa de 2 % do total de trabalhadores, sendo 5 trabalhadores do sexo masculino e 2 do sexo feminino.

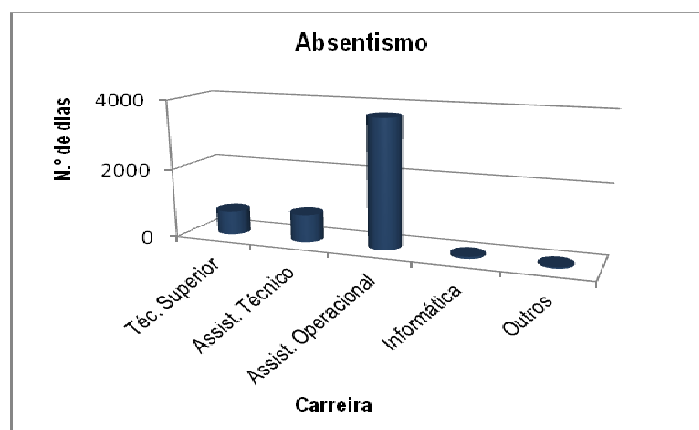


Fonte: Balanço Social 2011

3.1.2. COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

3.1.2.1. Absentismo

O nível de absentismo, bem como a análise dos fatores que lhe deram origem constitui um indicador expressivo sobre a situação social da Organização. A doença é a principal causa de absentismo, com 49 %, incidindo principalmente na carreira de Assistente Operacional sendo 66 % destes responsáveis por esta causa de absentismo. A outra causa de absentismo é a Proteção na Parentalidade, assumindo valores de 21 %.



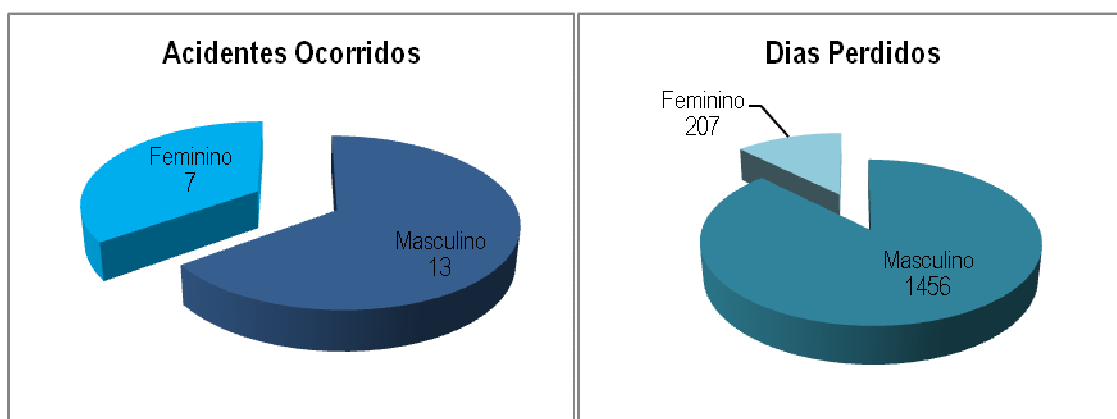
Fonte: Balanço Social 2011

3.1.2.2. Disciplina

Durante o ano de 2011 foram instaurados dois processos disciplinares, processos decididos com um despedimento e uma suspensão.

3.1.2.3. Higiene e Segurança no Trabalho

Durante o ano de 2011 ocorreram 20 acidentes em serviço, com predominância na carreira de Assistente Operacional. Do total de acidentes de trabalho resultaram 1663 dias perdidos com baixa.



Fonte: Balanço Social 2011

3.1.2.4. Despesas com Pessoal e Outros Encargos

As despesas com pessoal durante o ano de 2011 foram de 5.772.117,26 €, à exceção da remuneração base e outros encargos, o trabalho em dias de descanso semanal complementar e feriados (1,2 %), as ajudas de custo (0,8 %), o trabalho extraordinário (0,7 %) e as prestações sociais (4,1 %), que inclui (abono de família, subsídio no âmbito da proteção da parental idade, subsídio de refeição e outras proteções sociais) refletem a maior fatia da despesa.

Encargos com Pessoal

Encargos com Pessoal	Valor
Remuneração base	3.861.703,22 €
Trabalho extraordinário	40.390,82 €
Trabalho em dias de descanso semanal complementar e feriados	66.790,72 €
Outros encargos com pessoal ¹	1.466.874,03 €
Trabalho por turnos	3.952,20 €
Abono para falhas	5.207,42 €
Ajudas de custo	45.731,53 €
Representação	42.064,32 €
Prestações sociais	239.403,00 €
Prémio de desempenho	00,00 €
TOTAL	5.772.117,26 €

Fonte: Balanço Social 2011

3.1.2.5. Assistência e Protecção Social

Durante o ano de 2011 os encargos com a Assistência e Protecção Social são os apresentados no quadro abaixo, verificando-se uma forte comparticipação nas despesas relacionadas com Estomatologia e Óculos

Assistência e Protecção Social

Designação	Valor
A.D.S.E. Óculos	11.983,26 €
A.D.S.E. Estomatologia	9.495,74 €
A.D.S.E. Consultas	9.064,69 €
A.D.S.E. Transportes	763,04 €
A.D.S.E. Exames	2.687,23 €
A.D.S.E. Prótese Dentária	4.237,83 €
A.D.S.E. Encargos Saúde	6.478,80 €
Faturas pagas à A.D.S.E. e SNS	91.402,10 €
TOTAL	136.112,69 €

Fonte: Balanço Social 2011

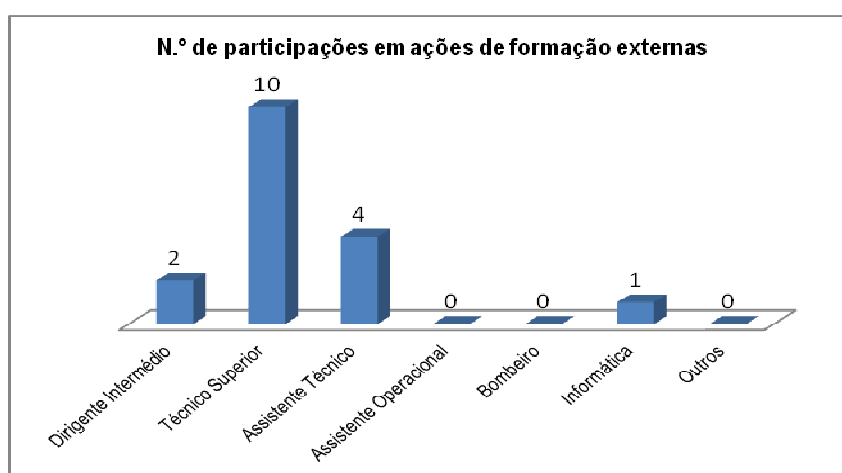
¹ Inclui encargos com pessoal com contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, ADSE, Seguros, Pessoal Aguardando Aposentação e Pessoal em Regime de Contrato ou Avença.

3.2. FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

3.2.1. Formação Profissional

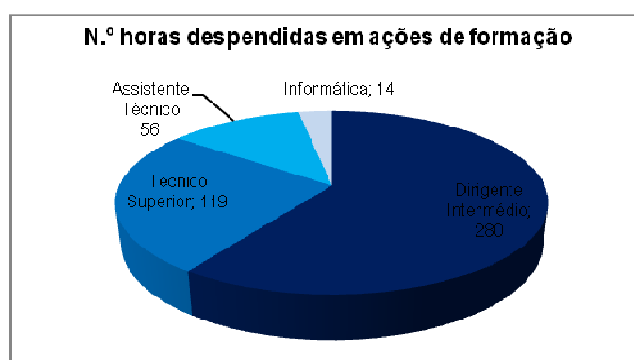
Em 2011, registaram-se 17 participações em ações de formação externas, sendo o número total de ações de formação de 17, 15 inferiores a 30 horas e 2 superior a 120 horas.

A carreira com maior número de participações foi a de Técnico Superior com 10.



Fonte: Balanço Social 2011

O número total de horas despendidas em formação durante o ano de 2011 foi de 469 horas.



Fonte: Balanço Social 2011

Os encargos pagos com a formação durante o citado ano registaram um total de 1.089,45 €.

3.3. MOBILIDADE DOS RECURSOS HUMANOS

3.3.1. Admissão de Pessoal

A mobilidade de recursos humanos e as diversas formas que pode assumir, constitui um dos mais relevantes instrumentos da sua gestão, refletindo de forma clara, o grau de valorização e de motivação dos funcionários, como um fator decisivo na obtenção de melhores níveis de produtividade e eficiência.

Durante o ano de 2011, foram admitidos para o mapa do Município de Óbidos 9 trabalhadores na modalidade de relação jurídica de contrato de trabalho a termo resolutivo, para assegurar as atividades de enriquecimento curricular. Um trabalhador na modalidade de relação jurídica de emprego público por contrato de trabalho por tempo indeterminado, 17 trabalhadores na modalidade de cedência de interesse público, 1 trabalhador por mobilidade interna, 2 regressos de licença sem vencimento e 1 regresso de cedência de interesse público.

3.3.2. Saídas de Pessoal

Ao longo do ano de 2011 saíram 37 trabalhadores, dos quais 3 por denúncia de contrato de trabalho, 15 por caducidade de contrato de trabalho, 5 por aposentação, 7 por cedência de interesse público, 1 por sanção disciplinar e 6 por outros motivos.

Motivos de Saída

Motivos de saída	Totais
Aposentação	5
Cedência de interesse público	7
Caducidade de contrato de trabalho	15
Denuncia Contrato	3
Sanção disciplinar	1
Outros	6
TOTAIS	37

Fonte: Balanço Social 2011

4. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A execução do Orçamento, permite conhecer os recebimentos e os pagamentos efectuados durante o exercício económico de 2011, em termos globais, por tipologia de rubrica orçamental e por sector de actividade.

Cada uma destas perspectivas de análise, bem como a respectiva evolução, será objecto de maior detalhe ao longo do presente documento.

A receita total em 2011 foi de € 16.120.991,01, tendo-se verificado um pequeno decréscimo das receitas correntes face ao ano anterior. A receita total arrecadada é constituída por receitas correntes de € 13.110.413,98 (81,33%), por receitas de capital de € 3.010.461,95 (18,67%) e por outras receitas (reposições não abatidas nos pagamentos) de apenas € 115,08, sem expressividade em termos orçamentais.

O decréscimo de cerca de 25% na receita ficou a dever-se principalmente ao abrandamento dos financiamentos no âmbito do QREN (transferências de capital), bem como à conclusão em 2010 do plano de pagamentos faseados relativos à compensação de urbanização por parte da Royal Óbidos (outras receitas de capital).

QUADRO 1 – VARIACÃO DA RECEITA 2010/2011

(Euros)

Designação	2010	2011	Crescimento €	Crescimento %	Peso no total da receita
Receitas Correntes	13.342.771,77	13.110.413,98	-232.357,79	-1,74%	81,33%
Receitas de Capital	8.227.476,01	3.010.461,95	-5.217.014,06	-63,41%	18,67%
Outras Receitas	120,55	115,08	-5,47	-4,54%	0,00%
Total das Receitas	21.570.368,33	16.120.991,01	-5.449.377,32	-25,26%	100,00%

Fonte: Resumo da Execução da Receita e da Despesa 2010 e 2011

A despesa totalizou € 15.378.541,47, decomposta por € 11.405.307,23 (74,16%) de despesas correntes e por € 3.973.234,24 (25,84%) de despesas de investimento.

De salientar a diminuição das despesas correntes superior a 1,2 M€, correspondentes a um **decréscimo de 10% face a 2010** e que traduz o enorme esforço de contenção de despesa implementado pelo executivo, num período já marcado por um cenário generalizado de crise e diminuição de investimento.

QUADRO 2 – VARIACÃO DA DESPESA 2010/2011

(Euros)

Designação	2010	2011	Crescimento €	Crescimento %	Peso no total da despesa
Despesas Correntes	12.638.245,08	11.405.307,23	-1.232.937,85	-9,76%	74,16%
Despesas de Capital	8.757.971,53	3.973.234,24	-4.784.737,29	-54,63%	25,84%
Total das Despesas	21.396.216,61	15.378.541,47	-6.017.675,14	-28,12%	100,00%

Fonte: Resumo da Execução da Receita e da Despesa 2010 e 2011

QUADRO 3 – ESTRUTURA ORÇAMENTAL /2011

(Euros)

COMPOSIÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO FÍSICA	EXECUÇÃO FINANCEIRA	% EXEC. FÍSICA	% EXEC. FIN.	% PESO P/ RUBRICA
Receitas Correntes	19.119.406,72	13.110.413,98	13.110.413,98	68,57	68,57	81,33
Receitas de Capital	12.057.607,17	3.010.461,95	3.010.461,95	24,97	24,97	18,67
Outras Receitas	1.000,00	115,08	115,08	11,51	11,51	0,00
Total das Receitas	31.178.013,89	16.120.991,01	16.120.991,01	51,71	51,71	100,00
Despesas Correntes	18.897.509,64	16.498.087,98	11.405.307,23	87,30	60,35	74,16
Despesas de Capital	12.280.504,25	8.871.778,94	3.973.234,24	72,24	32,35	25,84
Total das Despesas	31.178.013,89	25.369.866,92	15.378.541,47	81,37	49,32	100,00

Fonte: Resumo da Execução da Receita e da Despesa 2011

Embora as receitas correntes tenham diminuído, estas continuam a servir de base à estrutura orçamental, de forma a assegurar o financiamento das despesas correntes e a gerar *superavit* suficiente para financiar despesas de investimento.

Esta característica estrutural do Orçamento tem-se consolidado ao longo dos últimos anos, e num ano vincadamente marcado pela grave crise económica e financeira a nível nacional e internacional, é também fruto de políticas de contenção de despesa e incremento da receita aplicadas pelo executivo, nomeadamente, no que concerne à redução das despesas de funcionamento.

De salientar que a execução física da despesa traduz os compromissos assumidos, que podem não estar ainda faturados, enquanto a execução financeira traduz os pagamentos efectuados. Ou seja, a diferença entre uma e outra não traduz a dívida de curto prazo, mas sim a “obra” feita ou em curso.

QUADRO 4 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (€) 2004-2011

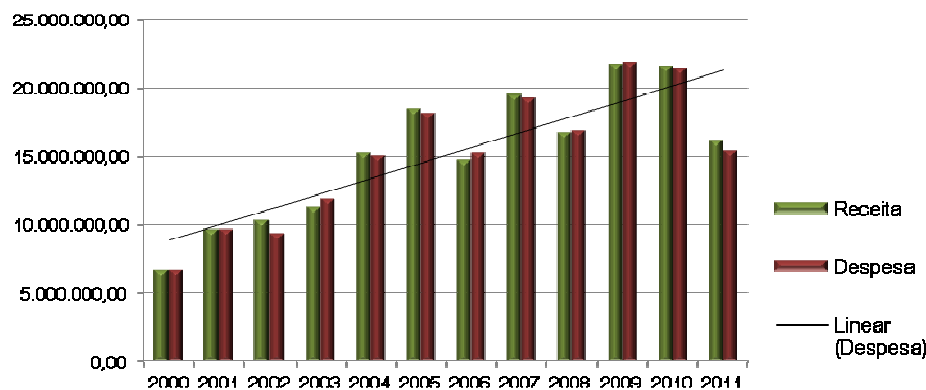
(Euros)

Evolução da execução orçamental	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Dotação	21.957.660,62	28.021.817,52	26.507.919,90	26.620.981,53	27.957.886,44	40.099.383,11	37.071.387,98	31.178.013,89
Receita (Execução)	15.224.966,81	18.433.830,88	14.709.568,56	19.461.267,31	16.706.991,04	21.690.964,60	21.570.368,33	16.120.991,01
Receita (Execução %)	69,34%	65,78%	55,49%	73,10%	59,76%	54,09%	58,19%	51,71%
Despesa (Execução)	15.057.551,58	18.119.338,65	15.237.102,82	19.283.826,34	16.917.217,38	21.898.231,64	21.396.216,61	15.378.541,47
Despesa (Execução %)	68,58%	64,66%	57,48%	72,44%	60,51%	54,61%	57,72%	49,32%

Fonte: Resumo da execução orçamental anual

Terminadas as grandes obras, nomeadamente no setor da educação e requalificação urbana, cujos financiamentos foram concluídos em 2010, a execução retoma os valores dos anos anteriores a 2009. Ou seja, a atividade do Município regressou à “velocidade cruzeiro”. Pese embora o reflexo da difícil situação económico-financeira que o país atravessa se faça sentir na evolução da atividade autárquica em geral, a execução orçamental comprova que os projetos e objetivos estratégicos delineados pelo executivo não foram postos em causa.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (€) 2000-2011



Fonte: Resumo da execução orçamental anual

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PERCENTUAL (%) 2000-2011



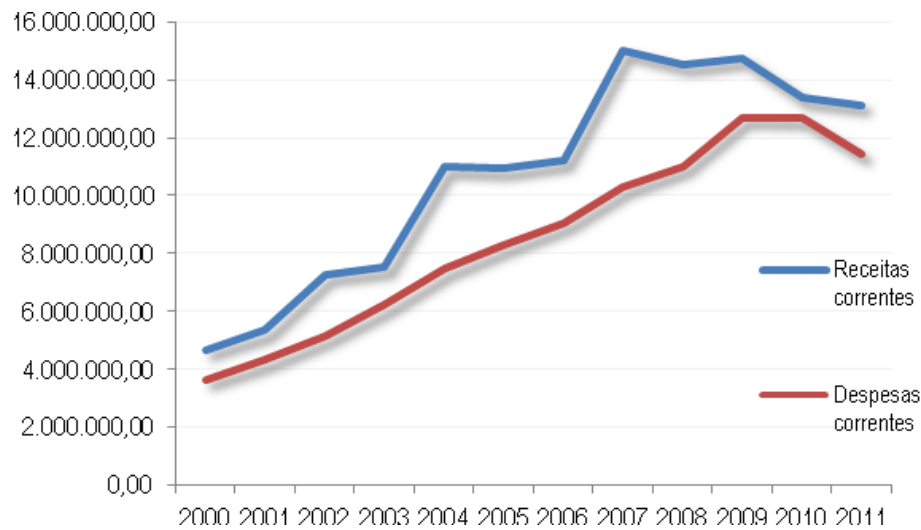
Fonte: Resumo da execução orçamental anual

Revela-se, assim, o esforço do executivo em manter os níveis de investimento que, para além de geradores de emprego directa e indirectamente, estruturam o Concelho de equipamentos e infraestruturas base para assegurar o futuro. De salientar os investimentos na educação, o apoio social, a criação de condições de trabalho internas e a modernização administrativa, as políticas ambientais, as infraestruturas básicas e a requalificação urbana nas freguesias.

QUADRO 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL CORRENTE 2004-2011

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receitas correntes	10.959.113,17	10.895.264,46	11.189.587,71	15.008.920,76	14.494.169,36	14.734.899,38	13.342.771,77	13.110.413,98
Despesas correntes	7.438.580,74	8.271.623,40	9.037.138,85	10.287.813,84	10.994.708,34	12.678.744,66	12.638.245,08	11.405.307,23
Superavit corrente	3.520.532,43	2.623.641,06	2.152.448,86	4.721.106,92	3.499.461,02	2.056.154,72	704.526,69	1.705.106,75

Fonte: Resumo da execução orçamental anual

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO - RECEITAS E DESPESAS CORRENTES (€) 2000-2011


Fonte: Resumo da execução orçamental anual

A atividade crescente do Município de Óbidos é traduzida pela evolução proporcional das receitas e das despesas correntes, desde 2000. Porém, face às condições do mercado, que afectaram directamente as transacções imobiliárias e que se reflectiram numa queda dos impostos directos de cerca de 40%, também as despesas correntes realçam uma redução em função da realidade da redução da receita.

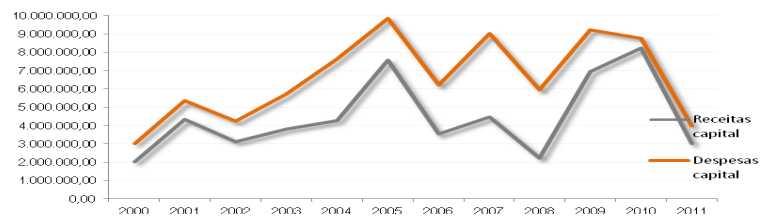
QUADRO 6 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE INVESTIMENTO 2004-2011

(Euros)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receitas capital	4.265.853,04	7.538.566,42	3.519.980,85	4.452.346,55	2.208.813,35	6.934.494,24	8.227.476,01	3.010.577,03
Despesas de capital	7.618.970,84	9.847.715,25	6.199.963,97	8.996.012,50	5.922.509,04	9.219.486,98	8.757.971,53	3.973.234,24

Fonte: Resumo da execução orçamental anual

As despesas de investimento, ao serem superiores às receitas de capital, traduzem o financiamento de investimentos pela receita corrente, já atrás mencionado.

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO - RECEITAS E DESPESAS CAPITAL (€) 2000-2011


Fonte: Resumo da execução orçamental anual

4.1.1. ORÇAMENTO DA RECEITA

O Orçamento da Receita atingiu uma execução de €16.120.991,01, que corresponde a 51,71% da receita inicialmente prevista. Para este montante contribuíram as receitas correntes, com uma execução de 67,73 % correspondente a € 13.342.771,77, e as receitas de capital, com uma execução de 47,36% correspondente a € 8.227.596,56. Ora o gráfico acima evidencia a forma prudente, criteriosa e responsável, com que o executivo tem feito a gestão dos investimentos, ou seja, tem recorrido a todos os instrumentos de financiamento de vários programas de apoio para suportar os investimentos.

QUADRO 7 – ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES

(Euros)

COMPOSIÇÃO	ORÇAMENTADO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
01. Impostos Diretos	6.106.920,97	4.533.249,34	74,23	34,58
02. Impostos Indiretos	1.669.152,18	3.063.236,59	183,52	23,36
04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	457.626,69	174.364,76	38,10	1,33
05. Rendimentos de Propriedade	902.000,00	536.781,11	59,51	4,09
06. Transferências Correntes	4.027.746,88	2.756.297,76	68,43	21,02
07. Vendas Bens Prestações Serviços Correntes	5.048.960,00	1.955.967,04	38,74	14,92
08. Outras Receitas Correntes	907.000,00	90.517,38	9,98	0,69
Total das Receitas Correntes	19.119.406,72	13.110.413,98	68,57	100,00

Fonte: Resumo da execução orçamental 2011

Verifica-se que os “Impostos Directos”, os “Impostos Indirectos”, as “Transferências Correntes” e as “Prestações de Serviços” foram as rubricas que mais contribuíram para a execução da receita, logo, para o financiamento da actividade municipal.

O desvio negativo entre o previsto e o recebido deve-se, principalmente, a três factores a saber:

- a previsão dos impostos directos é feita com base nas regras previsionais do POCAL que, aliado a uma conjuntura desfavorável ao investimento, não permitiu atingir os valores cobrados de IMT mantendo a tendência decrescente dos últimos anos;
- o significativo atraso nas transferências por parte da Administração Central no âmbito da delegação de competências da Educação para os municípios veio deflacionar muito significativamente as expectativas de receita inicialmente previstas em Orçamento do Estado para 2011;
- as perspectivas do mercado imobiliário que não se têm concretizado e que implicariam a aquisição de lotes e habitações, com os respectivos consumos de água e saneamento, veio gorar as expectativas de aumento da venda de água orçamentadas, e conseqüentemente da cobrança das taxas de saneamento, resíduos sólidos e aluguer de contador;
- a retração das famílias face ao consumo também se refletiu na procura dos serviços desportivos, nomeadamente nas piscinas municipais, mas também na procura de serviços de apoio como o Crescer Melhor, e que se traduz num maior número de escalões de pagamento mais baixos, e na procura de soluções sem custos por parte das famílias para os períodos de férias letivas.

Amenizando o desvio negativo, registou-se uma receita superior à prevista para os “Impostos Indirectos”, com a cobrança de valor superior das prestações relativas ao alvará de loteamento do empreendimento Falésia d’el Rey.

Da análise da receita corrente, poderemos concluir que a estrutura das mesmas assenta maioritariamente nas receitas próprias do Município, como anteriormente referido.

QUADRO 8 – ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL

(Euros)

COMPOSIÇÃO	ORÇAMENTADO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
09. Venda de Bens de Investimento	4.157.250,83	0,00	0,00	0,00
10. Transferências de Capital	3.863.087,31	1.849.627,23	47,88	61,44
11. Ativos Financeiros	32.000,00	35.399,13	110,62	1,18
12. Passivos Financeiros	1.896.602,74	467.786,26	24,66	15,54
13. Outras Receitas de Capital	2.108.666,29	657.649,33	31,19	21,84
15. Reposições não Abatidas nos Pagamentos	1.000,00	115,08	11,51	0,00
Total das Receitas de Capital	12.058.607,17	3.010.577,03	24,97	100,00

Fonte: Resumo da execução orçamental 2011

As receitas de capital caracterizaram-se por rendimentos com origem externa, ao contrário das receitas correntes, como sejam as transferências do Orçamento do Estado (FEF de capital), os financiamentos no âmbito do QREN, as utilizações de empréstimos e as compensações de urbanização por parte dos empreendimentos turísticos.

O desvio entre a previsão e o realizado deve-se em grande parte à falta de recetividade do mercado, o que impossibilitou a alienação dos imóveis colocados em hasta pública. Também os desvios temporais na execução de algumas obras e os atrasos por parte do IFDR na transferência de financiamento, deu origem a um desvio negativo entre a receita prevista do QREN e a efetivamente recebida.

Quanto aos passivos financeiros, seguiu-se uma política de utilizações parciais adequadas à faturação, o que permitiu uma utilização de capital inferior ao previsto.

4.1.2. ORÇAMENTO DA DESPESA

As despesas globais totalizaram € 15.378.541,47 em 2011, sendo que destas € 11.405.307,23 (74,16%) respeitam a despesas correntes e € 3.973.234,24 (25,84%) a despesas de capital. Em comparação com o ano transacto, registou-se um decréscimo generalizado da despesa.

O Orçamento da Despesa teve uma **execução física 81,37%** e uma **execução financeira de 49,32%** detalhada nos mapas abaixo.

QUADRO 9 – ESTRUTURA DAS DESPESAS

(Euros)

DESPESAS CORRENTES	Dotação	Execução Física	Execução Financeira	% Exec. Física	% Exec. Financeira	% PESO P/ RUBRICA
01. Despesas com Pessoal	6.287.269,94	5.844.138,37	5.772.117,26	92,95	91,81	50,61
02. Aquisição de Bens e Serviços	9.467.709,14	7.821.746,59	3.648.082,03	82,61	38,53	31,99
03. Juros e Outros Encargos	1.058.850,99	1.049.780,62	397.665,92	99,14	37,56	3,49
04. Transferências Correntes	1.047.019,11	951.844,59	882.119,68	90,91	84,25	7,73
05. Subsídios	597.114,36	430.699,81	430.699,81	72,13	72,13	3,78
06. Outras Despesas Correntes	439.546,10	399.878,00	274.622,53	90,98	62,48	2,41
Total das Despesas Correntes	18.897.509,64	16.498.087,98	11.405.307,23	87,30	60,35	100,00
DESPESAS DE CAPITAL	Dotação	Execução Física	Execução Financeira	% Exec. Física	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
07. Aquisição de Bens de Capital	11.010.013,26	8.020.108,40	3.317.447,37	72,84	30,13	83,49
08. Transferências de Capital	968.262,56	672.353,67	476.470,00	69,44	49,21	11,99
09. Ativos Financeiros	122.657,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10. Passivos Financeiros	179.470,44	179.316,87	179.316,87	99,91	99,91	4,51
11. Outras Despesas de Capital	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas de Capital	12.280.504,25	8.871.778,94	3.973.234,24	72,24	32,35	100,00

Fonte: Resumo da execução orçamental 2011

QUADRO 10 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL NO TOTAL DA DESPESA 2004-2011

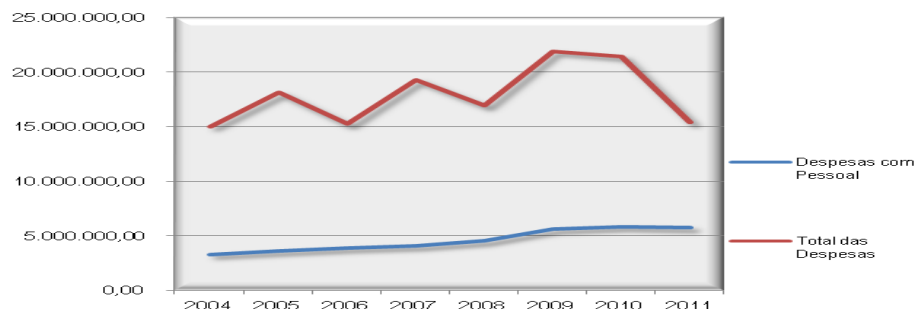
(Euros)

Designação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Despesas com Pessoal	3.302.432,07	3.625.101,98	3.917.565,05	4.098.140,31	4.556.322,01	5.656.341,89	5.893.545,29	5.772.117,26
Total das Despesas	15.057.551,5	18.119.338,6	15.237.102,8	19.283.826,3	16.917.217,3	21.898.231,6	21.396.216,6	15.378.541,4
% Pessoal/Total Despesa	21,93%	20,01%	25,71%	21,25%	26,93%	25,83%	27,54%	37,53%

Fonte: Resumo da execução orçamental anual

Contrariamente à tendência dos anos anteriores, as despesas com pessoal registaram um decréscimo. Embora ligeira, a tendência decrescente das despesas com pessoal acompanha a política de redução generalizadas das despesas, sobretudo do esforço envidado na contenção das despesas correntes.

GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL NO TOTAL DA DESPESA (€)



Fonte: Balancete da Despesa 2004 a 2011

As despesas gerais de funcionamento do Município de Óbidos estão incluídas na “**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**” correntes, como sejam a electricidade, comunicações fixas e móveis, seguros, assistência técnica, material de escritório e de limpeza, consumíveis de informática, entre outros. Estas despesas apenas se encontram dotadas no orçamento da despesa, não tendo qualquer influência no Plano de Actividades (mais relevantes) – PAM nem no Plano Plurianual de Investimentos – PPI.

O orçamento inclui todas as despesas, pelo que esta rubrica registará todas as aquisições de bens e serviços referentes ao funcionamento geral, acima referidas, bem como as despesas inerentes aos programas sociais, educação, ação social, armazéns, água, saneamento, RSU e ambiente.

Pese embora o pleno funcionamento dos edifícios municipais, da prossecução dos diversos projetos e programas educacionais e sociais, bem como do funcionamento corrente dos serviços, verificou-se um **decréscimo de cerca de 5% na execução física das aquisições de bens e serviços**. Ou seja, as medidas de contenção de despesa e de otimização da receita e respectivo controlo orçamental implementadas em 2010

deram frutos em 2011, encontrando-se a ser ainda mais reforçadas face ao actual cenário económico-financeiro nacional.

As “**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**” para as Freguesias no âmbito dos protocolos de delegação de competências para os transportes da Rede Municipal de ATL, os protocolos com os parceiros dos programas sociais, os subsídios às colectividades e associações desportivas, para além dos apoios às famílias (carenciadas) e particulares (bolsas), têm papel relevante na concretização de diversas acções e programas que, sem a intervenção de terceiros, certamente não conseguiriam maximizar os benefícios às populações.

Os “**SUBSÍDIOS**” respeitam aos contratos-programa com a Óbidos Patrimonium – EEM, para concretização do plano de actividades culturais e turísticas que se propôs para o ano 2011 e com a Óbidos Requalifica – EEM, no âmbito das actividades previstas nos seus estatutos. De salientar que durante o ano de 2011 foram reequacionadas as necessidades de financiamento das empresas municipais face à evolução da sua atividade, tendo-se efetivamente transferido **apenas 44% do montante inicialmente previsto**.

Nas “**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**” são consideradas as despesas que não se enquadram noutras rubricas anteriores, a saber, restituições de caucões de água, pagamento de IVA, indemnizações a munícipes e imposto sobre o rendimento de capitais (contas bancárias).

QUADRO 11 – ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL

(Euros)

COMPOSIÇÃO	Dotação	Execução Física	Execução Financeira	% Exec. Física	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
07. Aquisição de Bens de Capital	11.010.013,26	8.020.108,40	3.317.447,37	72,84	30,13	83,49
08. Transferências de Capital	968.262,56	672.353,67	476.470,00	69,44	49,21	11,99
09. Ativos Financeiros	122.657,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10. Passivos Financeiros	179.470,44	179.316,87	179.316,87	99,91	99,91	4,51
11. Outras Despesas de Capital	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas de Capital	12.280.504,25	8.871.778,94	3.973.234,24	72,24	32,35	100,00

Fonte: Resumo da execução orçamental 2011

As “**AQUISIÇÕES DE BENS DE CAPITAL**” correspondem aos projectos e acções definidos no PPI, a pormenorizar aquando da análise daquele documento. Em 2011 será de destacar as novas obras de recuperação do Património incluídas na candidatura “Óbidos Criativa”, nomeadamente, a “Reabilitação da Igreja de Santiago para livraria”, a “Reabilitação da Igreja de N. Senhora do Carmo para instalação de auditório”, o “Espaço para a Promoção da Inovação e Criatividade” e o “Espaço Criativo José Joaquim dos Santos”.

Os empréstimos bancários contratados em 2009 para financiamento dos complexos escolares e em 2010 para financiamentos de diversos investimentos, ainda se encontra no período de carência, pelo que as amortizações de capital respeitam apenas aos empréstimos mais antigos.

QUADRO 12 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO POR ORGÂNICA / 2010

(Euros)

Orgânica	Designação	Execução	% Valor
01	Administração Municipal	8.742.307,58	56,85%
0101	Operações Financeiras	395.338,30	2,57%
0102	Classes Inativas	12.072,30	0,08%
0103	Órgãos de Autarquia	4.295.008,24	27,93%
0104	Assembleia Municipal	0,00	0,00%
0105	Proteção Civil	45.034,76	0,29%
0106	Gabinete de Veterinária	14.475,15	0,09%
0107	Planeamento, Gestão Urbanística, Obras Municipais	3.980.378,83	25,88%
02	Serviços de Administração Geral	6.636.233,89	43,15%
0201	Serviços Administrativos e Financeiros	1.197.144,28	7,78%
0202	Ambiente	1.159.530,93	7,54%
0203	Intervenção Social, Educação, Cultura e Desporto	3.798.083,78	24,70%
0204	Informática de Telecomunicações	385.107,19	2,50%
0205	Espaço Internet	12.040,63	0,08%
0206	Desenvolvimento de Projetos	22.762,03	0,15%
0207	Comunicação e Imagem	61.565,05	0,40%
Total Geral		15.378.541,47	100,00%

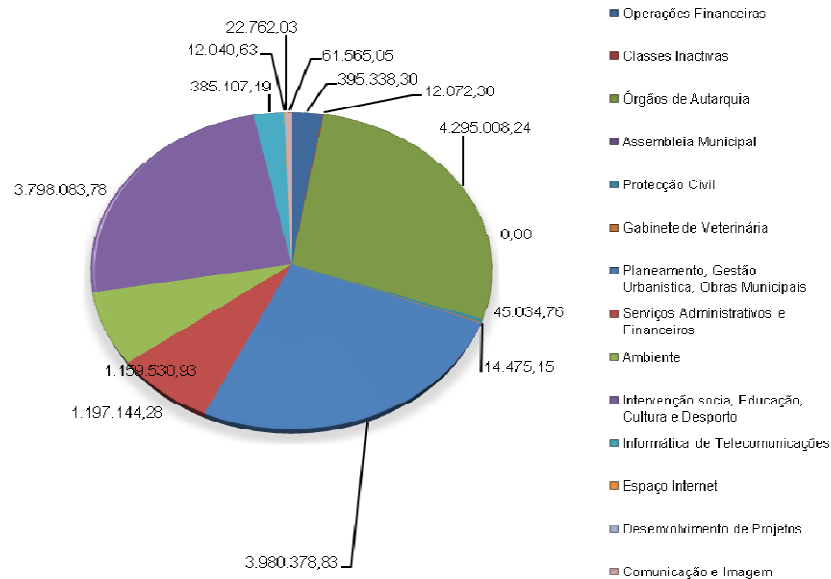
Fonte: Resumo da execução orçamental por orgânica 2011

Os “**Órgãos da Autarquia**” assumem 27,93% do total das despesas, espelhando os gastos comuns ao funcionamento do município, como sejam, a electricidade e iluminação pública, os seguros, as contribuições para a segurança social, os contratos a termo resolutivo, as transferências para as freguesias e para as empresas municipais, os apoios aos bombeiros voluntários, à fábrica da igreja, o IVA pago, os reembolsos de cobrança dos impostos directos, entre outras despesas de menor relevância.

O “**Planeamento, Gestão Urbanística e Obras Municipais**”, representado 25,88% da execução, para além dos investimentos, inclui parte significativa dos custos com pessoal, já que abrange as oficinas, o armazém, o gabinete técnico, espaços verdes e as obras particulares.

Quanto à “**Intervenção Social, Educação, Cultura e Desporto**”, há que salientar não só as despesas com o pessoal, mas também o apetrechamento e manutenção da toda a rede escolar, nos transportes escolares, nas actividades de enriquecimento curricular, nos apoios aos parceiros no âmbito dos Programas “Crescer Melhor” e “Melhor Idade”, no serviço municipal de refeições, na manutenção das infraestruturas desportivas, entre outros.

Os “**Serviços Administrativos e Financeiros**” englobam as despesas gerais com comunicações, material de limpeza e economato, seguros de pessoal, avença mensal dos CTT, bem como a aquisição de imóveis.

GRÁFICO 6 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO POR ORGÂNICA / 2011 (€)


Fonte: Resumo da execução orçamental por orgânica 2011

4.2. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
QUADRO 13 – EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS)

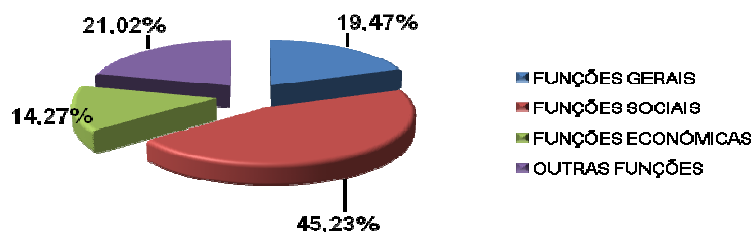
(Euros)

Grandes Opções do Plano (POR SECTORES ESTRUTURAIS)							
Obj.	Descrição	2011			% Exec. Física	% Exec. Finan.	Peso por rubrica %
		Dotação Final	Execução Física	Pagamento			
1	FUNÇÕES GERAIS	2.690.311,00	2.279.046,10	1.355.498,73	84,71%	50,38%	19,47%
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.682.233,06	2.275.568,16	1.352.020,79	84,84%	50,41%	19,42%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.682.233,06	2.275.568,16	1.352.020,79	84,84%	50,41%	19,42%
1.1.1.1.	SERVIÇOS GERAIS	618.860,90	434.982,46	422.009,22	70,29%	68,19%	6,06%
1.1.1.2.	INOV-ÓBIDOS	260.676,63	199.491,79	163.656,60	76,53%	62,78%	2,35%
1.1.1.3.	PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS MUNICIPAIS	184.503,10	134.616,44	108.426,42	72,96%	58,77%	1,56%
1.1.1.4.	EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS	1.618.192,43	1.506.477,47	657.928,55	93,10%	40,66%	9,45%
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	8.077,94	3.477,94	3.477,94	43,05%	43,05%	0,05%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	8.077,94	3.477,94	3.477,94	43,05%	43,05%	0,05%

2	FUNÇÕES SOCIAIS	12.037.573,40	8.466.392,85	3.148.305,71	70,33%	26,15%	45,23%
2.1.	EDUCAÇÃO	3.741.218,11	2.561.423,00	1.043.614,23	68,46%	27,90%	14,99%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	3.725.886,11	2.552.321,00	1.034.512,23	68,50%	27,77%	14,86%
2.1.1.1.	ENSINO PRÉ-ESCOLAR E BÁSICO	3.725.886,11	2.552.321,00	1.034.512,23	68,50%	27,77%	14,86%
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	15.332,00	9.102,00	9.102,00	59,37%	59,37%	0,13%
2.2.	SAÚDE	61.457,54	61.457,54	30.000,00	100,00%	48,81%	0,43%
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	61.457,54	61.457,54	30.000,00	100,00%	48,81%	0,43%
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	192.611,32	170.890,48	135.991,53	88,72%	70,60%	1,95%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	192.611,32	170.890,48	135.991,53	88,72%	70,60%	1,95%
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	7.685.517,29	5.519.210,41	1.890.701,91	71,81%	24,60%	27,16%
2.4.1.	HABITAÇÃO SOCIAL	89.413,54	35.035,98	30.313,02	39,18%	33,90%	0,44%
2.4.1.1.	HABITAÇÃO SOCIAL	89.413,54	35.035,98	30.313,02	39,18%	33,90%	0,44%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1.858.436,77	1.337.699,40	375.268,36	71,98%	20,19%	5,39%
2.4.2.1.	REQUALIFICAÇÃO URBANA	237.884,53	131.201,49	-	55,15%	0,00%	0,00%
2.4.2.2.	PLANEAMENTO URBANÍSTICO E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO	1.620.552,24	1.206.497,91	375.268,36	74,45%	23,16%	5,39%
2.4.3.	SANEAMENTO	1.897.878,89	950.230,25	87.228,70	50,07%	4,60%	1,25%
2.4.3.	SISTEMA DE ÁGUAS RESIDUAIS	1.897.878,89	950.230,25	87.228,70	50,07%	4,60%	1,25%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1.203.778,40	690.852,87	167.432,17	57,39%	13,91%	2,41%
2.4.4.	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS	1.203.778,40	690.852,87	167.432,17	57,39%	13,91%	2,41%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	2.105.303,18	2.105.203,18	870.484,19	100,00%	41,35%	12,51%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	530.706,51	400.188,73	359.975,47	75,41%	67,83%	5,17%
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	356.769,14	153.411,42	47.998,04	43,00%	13,45%	0,69%
2.5.1.	CULTURA	319.859,21	139.052,97	38.141,39	43,47%	11,92%	0,55%
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	36.909,93	14.358,45	9.856,65	38,90%	26,70%	0,14%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	2.876.471,94	2.574.627,76	993.562,78	89,51%	34,54%	14,27%
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	128.759,28	128.361,45	32.919,69	99,69%	25,57%	0,47%
3.1.1.	AGRICULTURA	128.759,28	128.361,45	32.919,69	99,69%	25,57%	0,47%
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	462.886,67	454.741,44	339.346,90	98,24%	73,31%	4,88%
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	2.284.825,99	1.991.524,87	621.296,19	87,16%	27,19%	8,93%
4	OUTRAS FUNÇÕES	2.258.430,62	1.706.928,88	1.463.290,80	75,58%	64,79%	21,02%
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	677.711,78	584.748,74	510.303,27	86,28%	75,30%	7,33%
4.2.	JUNTAS DE FREGUESIA	677.711,78	584.748,74	510.303,27	86,28%	75,30%	7,33%
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	1.580.718,84	1.122.180,14	952.987,53	70,99%	60,29%	13,69%
4.3.1.	ENSINO SUPERIOR	100,00	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
4.3.2.	SUBSÍDIOS E APOIOS DIVERSOS	1.580.618,84	1.122.180,14	952.987,53	71,00%	60,29%	13,69%
		19.862.786,96	15.026.995,59	6.960.658,02	75,65%	35,04%	100,00%

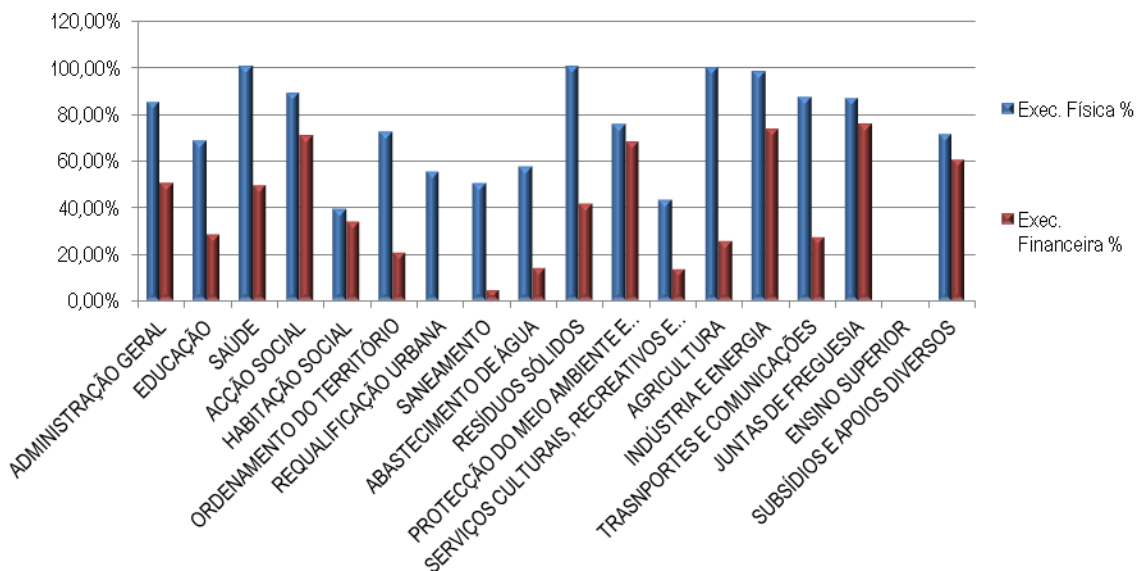
Fonte: Execução das Grandes Opções do Plano 2011

GRÁFICO 7 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR SECTORES ESTRUTURAIS 2011



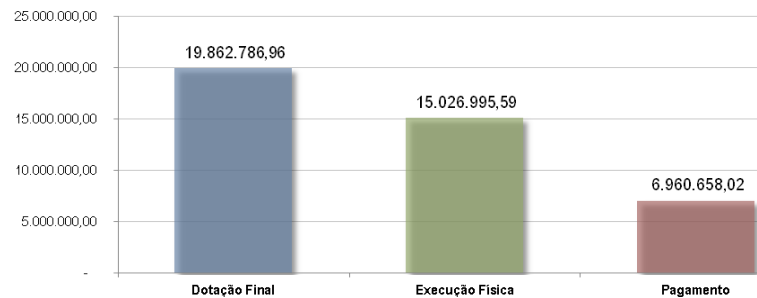
Fonte: Execução das Grandes Opções do Plano 2011

GRÁFICO 8 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO 2011



Fonte: Execução das Grandes Opções do Plano 2011

GRÁFICO 9 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO – DOTAÇÃO FINAL E EXECUÇÃO FÍSICA



Fonte: Execução das Grandes Opções do Plano 2011

QUADRO 14 – RESUMO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS (PAM) E DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI) / 2011

(Euros)

CLASS. FUNC.	GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR SECTORES ESTRUTURAIS	Execução GOP	
		€	%
1	FUNÇÕES GERAIS	1.355.498,73	19,47%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	3.148.305,71	45,23%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	993.562,78	14,27%
4	OUTRAS FUNÇÕES	1.463.290,80	21,02%
TOTAL		6.960.658,02	100,00%

Fonte: Execução das Grandes Opções do Plano 2011

As Grandes Opções do Plano (GOP) incluem os projectos mais relevantes do Município de Óbidos (PAM – despesas correntes) e os investimentos (PPI – despesas de capital). As despesas com o pessoal e os gastos gerais de funcionamento não estão incluídos, pelo que o total das GOP é inferior ao total geral do Orçamento da Despesa.

Fará sentido analisar a execução das GOP por sector de actividade, uma vez que esta análise permitirá averiguar do grau de convergência entre a execução real e a estratégia e prioridades do executivo.

As **FUNÇÕES GERAIS**, que traduzem 19,47% do total das GOP, incluem as ações relacionadas com o funcionamento geral e directo do Município de Óbidos e assumiram grande relevância ao nível da construção do Edifício Multiserviços em A-dos-Negros e encargos com empréstimos bancários e acordos de pagamento de obras já realizadas sem financiamento, como é o caso do complexo logístico municipal.

Indubitavelmente, as **FUNÇÕES SOCIAIS** têm a maior expressão da despesa por sector de actividade, com **45,25%**, e incluem os projectos mais próximos da linha de tendência estratégica, nomeadamente a educação, que implica despesa para o funcionamento, conservação e manutenção de todo o parque escolar. As funções relacionadas com a saúde e acção social, cujas despesas revestem um carácter corrente, não implicam avultados investimentos para o seu normal funcionamento, como se pode comprovar pelo Programa Crescer Melhor, pela Cozinha Municipal, pelo Melhor Idade, pelo Óbidos Solidário, pelo Saúde Melhor, entre outros. De relevar que os apoios financeiros aos parceiros e a instituições com intervenção social são consideradas nas **OUTRAS FUNÇÕES**.

O abastecimento de água, o saneamento, a recolha e o tratamento de resíduos sólidos enquanto pilares estruturantes da actividade municipal e embora sem qualquer financiamento externo, não deixam de ser objecto de elevada execução.

Salienta-se ainda que as funções sociais incluem a recuperação do Património no âmbito da candidatura “Óbidos Criativa”.

No âmbito das **FUNÇÕES ECONÓMICAS** com 14,27% do total das GOP, reflecte vincadamente a execução de investimentos na rede viária, para os quais não houve qualquer financiamento a fundo perdido. O consumo de iluminação pública também está refletido nesta classificação funcional.

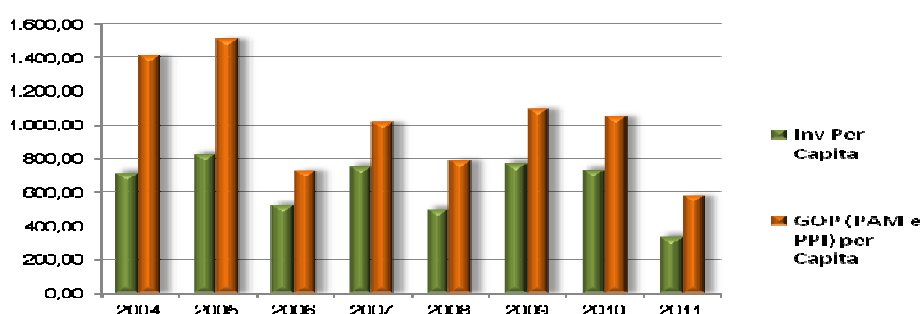
QUADRO 15 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) 2004-2011

(Euros)

Designação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1. Dotação Inicial	11.947.979,00	17.686.923,70	16.505.529,76	15.323.681,87	13.120.438,16	26.187.422,42	21.056.555,65	12.280.504,25
2. Dotação final	13.018.092,95	16.444.718,96	13.894.379,41	13.584.957,99	13.694.800,05	21.591.565,90	17.617.713,64	12.280.504,25
3. Realizado	7.618.970,84	9.847.715,25	6.199.963,97	8.996.012,50	5.922.509,04	9.219.486,98	8.757.971,53	3.973.234,24
Coef. Realização	58,53%	59,88%	44,62%	66,22%	43,25%	42,70%	49,71%	32,35%
GOP	15.057.551,58	18.119.338,65	8.774.688,67	12.212.317,76	9.461.746,73	13.139.058,26	12.614.323,07	6.960.658,02

Fonte: Resumo da execução orçamental anual

GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DOS VALORES INVESTIDOS E DAS GOP (PAM E PPI) PER CAPITA



Fonte: Resumo da execução orçamental anual

De uma forma rápida e sumária, constata-se que os investimentos em 2011 decresceram significativamente. Porém, há que ter em consideração dois fatores preponderantes nas oscilações das despesas de capital: a estrutura de financiamento do orçamento e a cadência de aprovação de fundos comunitários.

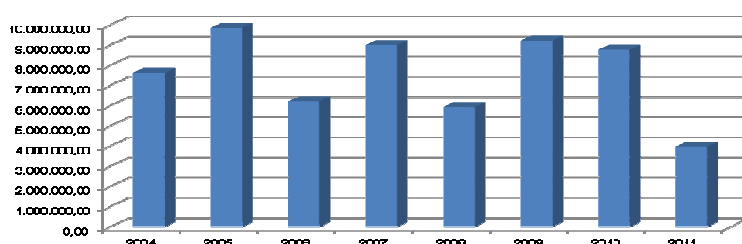
Verifica-se que o Orçamento tem vindo a cimentar a sua estrutura em receitas próprias, que têm sido tendencialmente decrescentes por motivos conjunturais, encurtando a margem de financiamento de investimentos com receitas correntes.

A par desta situação, a aprovação de financiamentos externos para os grandes investimentos nem sempre ocorre quando planeado, como aconteceu com a requalificação da Escola Básica e Secundária Josefa d'Óbidos, cujo financiamento foi aprovado já em 2012, iniciando-se a obra nesse ano. Aguarda-se, também para 2012, a aprovação do financiamento para a Praça da Criatividade.

Embora alinhado com a visão estratégica definida para o mandato, o executivo tem o dever de adequar o ritmo dos investimentos, não só às disponibilidades orçamentais e de tesouraria do momento, mas sobretudo de planear a execução daqueles de forma a que o futuro não seja hipotecado.

Em termos orçamentais, pode caracterizar-se 2011 como um ano cruzeiro, no qual não foram feitos grandes novos investimentos, mas que permitiu iniciar a concretização de uma política de contenção de despesas correntes e racionalização da receita e ponderar as prioridades futuras.

GRÁFICO 11 – EVOLUÇÃO DOS VALORES INVESTIDOS 2004-2011



Fonte: Resumo da execução orçamental anual

5. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A par de uma vertente orçamental, de receita e despesa, a prestação de contas prevê uma vertente financeira, de custos e proveitos, activos e passivos. As demonstrações financeiras apresentam a posição financeira e patrimonial do Município de Óbidos, reportada ao final do exercício económico, permitindo uma análise da autarquia quanto ao seu grau de autonomia financeira, solvabilidade e liquidez. De acordo com o artigo 46.º da Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), serão apresentadas, também, as demonstrações financeiras consolidadas do grupo municipal constituído pelo Município, pela Óbidos Patrimonium- EEM e pela Óbidos Requalifica-EEM.

5.1. BALANÇO

ACTIVO		FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	
Imobilizado	134.957.232,82	Fundos Próprios	117.786.007,61
Bens do Domínio Público	80.926.447,73	Património	36.531.663,66
Imobilizações Incorpóreas	107.870,08	Reservas	2.196.084,09
Imobilizações Corpóreas	52.276.475,21	Resultados Transitados	74.560.177,82
Investimentos Financeiros	1.646.439,80	Resultado Líquido do Exercício	4.498.082,04
Circulante	14.469.588,68	Passivo	31.640.813,89
Existências	303.367,44	Provisões para riscos e encargos	632.104,59
Dívidas de Terceiros - CP	11.780.565,88	Dívidas a Terceiros - M/L Prazo	6.136.655,13
Depósitos Instit. Financ. e Caixa	1.519.401,88	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	6.531.072,00
Acréscimos e Diferimentos	866.253,48	Acréscimos e Diferimentos	18.340.982,17
TOTAL DO ACTIVO	149.426.821,50	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	149.426.821,50

Fonte: Balanço 2011

Em 2011 foram concluídos os trabalhos de inventariação, avaliação e registo do Património Municipal, pelo que o Balanço espelha a totalidade dos Ativos do Município. Consequentemente, a Demonstração de Resultados evidenciará as correspondentes amortizações do exercício.

De referir nos bens do domínio público estão registadas as redes viária, de águas e de saneamento, enquanto que as imobilizações corpóreas englobam todos os bens do domínio privado do Município. O quadro abaixo pormenoriza a tipologia de bens registada no imobilizado.

5.1.1. IMOBILIZADO

ACTIVO LÍQUIDO	
Imobilizado	134.957.232,82
Bens do Domínio Público	80.926.447,73
Terrenos e recursos naturais	196.129,76
Edifícios	22.899,43
Outras construções e infraestruturas	80.707.209,34
Bens o patrim. Hist., artist. Cultural	209,20
Outros bens do domínio público	0,00
Imobilizações em curso	0,00
Imobilizações Incorpóreas	107.870,08
Despesas de investigação e desenvolvimento	107.492,70
Propriedade industrial e outros direitos	377,38
Imobilizações Corpóreas	52.276.475,21
Terrenos e recursos naturais	15.055.371,52
Edifícios e outras construções	34.330.139,16
Equipamento básico	1.270.230,26
Equipamento de transporte	257.683,34
Ferramentas e utensílios	28.421,90
Equipamento administrativo	252.788,09
Outras imobilizações corpóreas	347.347,43
Imobilizações em curso	734.493,51
Investimentos financeiros	1.646.439,80
Partes de capital	1.646.439,80

Fonte: Balanço 2011

QUADRO 16 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS 2006-2010 (Valor de aquisição)

Tipologia	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total/anos
Rústico	422.225,00 €	415.407,38 €	635.118,92 €	225.875,00 €	170.997,00 €	185.977,00 €	4.333.630,62 €
Urbano	586.500,00 €	132.421,50 €	135.000,00 €	356.432,25 €	608.567,75 €	- €	3.143.639,01 €
TOTAL	1.008.725,00 €	547.828,88 €	770.118,92 €	582.307,25 €	779.564,75 €	185.977,00 €	7.477.269,63 €

Fonte: Execução PPI anual

5.1.2. DISPONIBILIDADES

Disponibilidades	1 Janeiro 2011	31 Dezembro 2011
Caixa	3.330,29	3.709,47
Depósitos Bancários		
Caixa Geral de Depósitos	645.869,56	1.329.636,71
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	32.085,47	36.723,23
Banco Espírito Santo	37.411,50	68.983,67
Banco BPI	51.008,92	18.554,51
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	12.640,85	61.794,29
Total Geral	782.346,59	1.519.401,88

Fonte: Balancete sintético do plano geral 2011

5.1.3. PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL

Em 2011 não houve qualquer movimento relativo a subscrições de capital.

Entidades	Anos Anteriores	2011
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	498,80	0,00
Águas do Oeste, S A	501.430,00	0,00
Centro Op. Tecn. Hort. Nac.-COTHN	1.500,00	0,00
Trevoeste, S.A.	5.125,00	0,00
Óbidos Patrimonium - E.M.	400.000,00	0,00
Óbidos Requalifica - E.M.	737.886,00	0,00
Sub - Total	1.646.439,80	0,00
Total	1.646.439,80	

Fonte: Balancete sintético do plano geral 2011

5.1.4. DÍVIDAS A TERCEIROS – MÉDIO E LONGO PRAZOS (Empréstimos Bancários)

Empréstimos Bancários	1 Janeiro 2011	31 Dezembro 2011
Caixa Geral de Depósitos	1.766.844,46	1.600.138,49
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	74.902,14	62.291,24
Banco BPI	2.990.000,00	2.990.000,00
BBVA	1.016.439,14	1.484.225,40
Total Geral	5.848.185,74	6.136.655,13

Fonte: Balancete sintético do plano geral 2011

Os encargos com os empréstimos em vigor, e relativamente ao período em análise totalizaram € 326.434,93:

- Amortização da dívida no valor de € 179.316,87;
- Juros no valor de € 147.118,06.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo espelham unicamente o capital em dívida dos empréstimos bancários. O aumento face ao ano anterior diz respeito à utilização parcial do empréstimo contraído para financiamento de investimentos diversos (Edifício Multiserviços de A-dos-Negros e parte do Complexo Logístico Municipal, entre outros).

O limite legal do endividamento é integralmente cumprido, quer pelas dívidas do Município, quer da Óbidos Requalifica – EEM.

Sabendo que 2011 é o ano em que se pode considerar o impacto real do registo da totalidade do imobilizado no Ativo, constata-se que a situação económico-financeira do Município é extraordinariamente segura.

INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS (%)	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Liquidez Geral (Ativo circulante / Passivo circulante)	64,19%	80,76%	72,59%	45,44%	71,78%	208,29%
Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)	366,26%	515,56%	439,72%	93,60%	90,58%	372,26%
Endividamento (Passivo / Ativo)	21,45%	16,25%	18,53%	51,65%	52,47%	21,17%
Autonomia financeira (Fundos Próprios/Ativo)	78,55%	83,75%	81,47%	48,35%	47,53%	78,83%
Cobertura do Ativo (Ativo total/Passivo total)	466,26%	615,56%	539,72%	193,60%	190,58%	472,26%
Estrutura do endividamento M/LP (Emp M/LP/Ativo total)	10,77%	7,78%	5,46%	7,01%	9,46%	4,11%
Património/Ativo total %	-15,14%	-12,33%	65,95%	61,68%	54,91%	24,45%

Fonte: Balanço 2011

O grau de Liquidez Geral é mais alto de sempre. Este indicador permite perspetivar um grau de liberdade de tesouraria bastante confortável para 2012, possibilitando uma continuidade da redução da dívida de curto prazo.

Apesar do empréstimo contratado com o Banco Bilbao & Viscaya Argentaria ter sido utilizado parcialmente, aumentando o capital em dívida, o endividamento global desceu substancialmente para níveis que certamente só serão alcançados por muito poucos municípios.

Com um grau de endividamento tão baixo, só se poderá esperar uma Autonomia Financeira que revele a fraca necessidade do Município de recorrer ao crédito. Aliás, numa situação financeira nacional delicada como a que se verificou em 2011, com “cortes” evidentes nas receitas dos municípios, há que evidenciar o esforço do executivo no sentido de evitar o recurso ao crédito de curto prazo para fazer face a eventuais dificuldades de tesouraria.

Mais uma vez se reflete a conjugação dos “três P” com que se iniciou a presente análise – Planeamento, Prudência e Poupança.

5.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O Município de Óbidos encerrou as suas contas referentes ao exercício económico de 2011, com um Resultado Líquido de Exercício de € 4.498.082,04 que, apesar das amortizações do exercício e das provisões que foram constituídas se revela muito superior ao do ano anterior. Os Resultados Financeiros apresentam um saldo negativo influenciado pelo pagamento de juros de empréstimos bancários e pelo pagamento de juros de mora.

A Demonstração de Resultados será, então, o espelho dos custos e proveitos da actividade Municipal, em 2011, sintetizada no quadro abaixo.

RESULTADOS	Valor (€)
Resultados Operacionais	1.839.026,87
Resultados Financeiros	-288.829,98
Resultados Correntes	1.550.196,89
Resultados Extraordinários	2.947.885,15
Resultado Líquido de Exercício	4.498.082,04

Fonte: Demonstração de resultados 2011

6. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

6.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Administração Autárquica	573.811,84	573.811,84	573.811,04	573.811,84	573.811,84	573.811,84	573.811,84	573.811,84
Contribuintes c/c	987,89	0,00	0,00	22,55	5,00	50,00	0,00	0,00
Utentes c/c Cliente, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	162.945,63	172.545,62	203.884,66	181.232,31	233.375,97	214.145,43	416.001,41	796.006,85
Estado e Outros entes Públicos	119.026,76	104.265,20	59.261,40	61.900,24	2.105.246,10	2.073.100,18	1.656.924,76	1.503.838,25
Outros devedores e credores	71.014,19	9.791,82	0,00	31.301,28	0,00	0,00	0,00	1.647,30
						81.184,86	1.751.755,86	8.905.261,64
Total	927.786,31	860.414,48	836.957,10	848.268,22	2.912.438,91	2.942.292,31	4.398.493,87	11.780.565,88

Fonte: Balancete sintético do plano geral 2011

A rubrica Dívidas de Terceiros inclui a receita emitida e não cobrada, relativa às Vendas de Bens e Serviços (principalmente da venda de água), quer nas dívidas de utentes conta corrente, quer nas cobranças duvidosas (execuções fiscais), bem como à compensação das infra-estruturas do Bom Sucesso por parte do loteador para com o Município.

Porém, e tal como atrás mencionado, a rubrica “Outros devedores e credores” inclui a receita proveniente do empreendimento d Falésia d’el Rey cujo pagamento será faseado.

6.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Dívida curto prazo	2.209.053,05	2.479.516,99	2.626.967,61	2.851.931,38	5.534.401,54	9.218.312,77	7.726.503,64	6.531.072,00
Dívida médio e longo prazo	3.533.192,67	3.323.467,96	3.109.750,41	2.761.856,80	2.407.457,62	3.857.019,46	5.848.185,74	6.136.655,13
Dívida curto, médio e longo prazo	5.742.245,72	5.802.984,95	5.736.718,02	5.613.788,18	7.941.859,16	13.075.332,23	13.574.689,38	12.667.727,13
Dívida curto prazo/Total da despesa	14,67%	13,68%	17,24%	14,79%	32,71%	42,10%	36,11%	42,47%
Dívida longo prazo/Total da despesa	23,46%	18,34%	20,41%	14,32%	14,23%	17,61%	27,33%	39,90%
Dívida curto, médio e longo prazo/Total da despesa	38,14%	32,03%	37,65%	29,11%	46,95%	59,71%	63,44%	82,37%

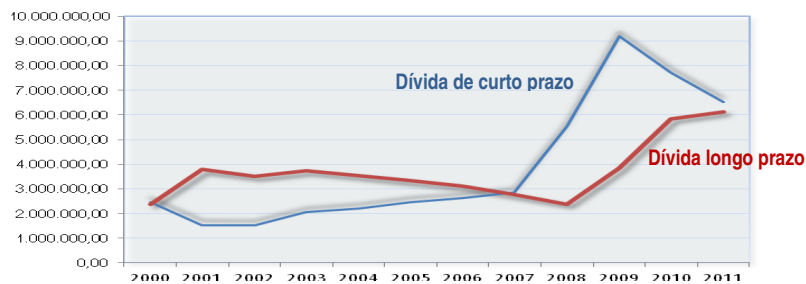
Fonte: Balancete sintético do plano geral 2011

Esta rubrica do Balanço inclui principalmente as dívidas a fornecedores (conta corrente e imobilizado) e a prestadores de serviços (outros credores).

Numa primeira abordagem, o facto do peso da dívida face ao total da despesa ser superior em 2011 ao que foi em anos anteriores, poderá parecer um indício desfavorável da dívida. No entanto, o que estas percentagens efetivamente refletem são que o total da despesa diminuiu mais que proporcionalmente que a dívida. Ou seja, ambos os fatores – dívida e despesa, diminuíram, não se verificando agravamento real da dívida a terceiros.

Aliás, o gráfico abaixo ilustra claramente o decréscimo da dívida de curto prazo.

GRÁFICO 12 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA 2004-2011



Fonte: Balancete sintético do plano geral 2011

6.3. LOCAÇÃO FINANCEIRA

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Locação Financeira	88.509,05 €	150.670,94 €	173.895,92 €	231.254,45 €	177.833,16 €	91.029,69 €

Fonte: Balancete sintético do plano geral 2011

A locação financeira concorre para as dívidas a terceiros de médio prazo, uma vez que os contratos celebrados se prolongam por vários exercícios económicos. Os contratos de locação dizem respeito à aquisição de equipamento de transporte e maquinaria, e são anteriores a 2011.

7. INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA

A execução orçamental e do plano, que espelha toda a política de gestão do Município, é passível de análise financeira através fundamentada e medida através de indicadores de gestão, que permitem uma visualização directa do que tem sido a evolução da autarquia nos últimos 6 anos.

RÁCIOS DE ESTRUTURA (%)

Rácios	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Impostos Diretos/ Receitas Correntes	47,83%	62,28%	51,15%	46,75%	35,69%	34,58%
Transferências Correntes/ Receitas Correntes	21,22%	17,50%	18,36%	19,41%	19,74%	21,02%
Transferências Capital/Receitas Capital	66,75%	81,00%	90,65%	53,24%	48,31%	61,44%
Passivos financeiros/Receitas Capital	0,00%	0,00%	0,00%	24,77%	27,82%	15,54%
Rec. Correntes/ Rec. Totais	76,07%	77,12%	86,76%	67,93%	61,86%	81,33%

RÁCIOS DE GESTÃO (%)

Rátios	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Despesas Correntes/Receitas Correntes	80,76%	68,54%	75,86%	86,05%	94,72%	86,99%
Despesas Capital/Receitas Capital	176,14%	202,05%	268,13%	132,95%	106,45%	131,98%
Despesas Pessoal/Receitas Correntes	35,01%	27,30%	31,44%	38,39%	44,17%	44,03%
Despesas Pessoal/ Despesas Correntes	43,35%	39,83%	41,44%	44,61%	46,63%	50,61%

Os rácios de estrutura e de gestão vêm corroborar a análise orçamental, comprovando que a estrutura do orçamento assenta em receitas correntes e próprias, e que estas financiam parcialmente as despesas de capital.

RÁCIOS DE INVESTIMENTO

Rátios	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Investimentos/Despesa Total %	30,19%	39,50%	25,46%	36,11%	35,95%	21,57%
Investimentos/População (€) *	383,33 €	634,82 €	358,96 €	658,96 €	640,96 €	276,45 €
Investimentos/Área do Concelho (€) **	32.258,16 €	53.421,40 €	30.207,26 €	55.452,06 €	53.938,14 €	23.264,01 €

* - População = 11.689 habitantes

** - Área Concelho = 142,6 km²

Pela evolução dos rácios de investimento, percebe-se perfeitamente quais os graus de investimento que podem ser considerados como “normais”. Isto é, considerando uma oscilação muito ligeira na população desde 2006 a esta parte e considerando a área do concelho, portanto dois fatores inalterados, percebe-se que os valores médios de investimento por habitante situam-se próximos dos 300€ de cerca de 28.000€ por km².

Os anos em que os rácios oscilam acima destes valores, efetivamente realizaram-se investimentos avultados, nomeadamente o Complexo Escolar dos Arcos (2007), os Complexos Escolares do Alvito e do Furadouro e o complexo Logístico Municipal (2009 e 2010).

RÁCIOS DE PRODUTIVIDADE

Rátios	2006	2007	2008	2009	2010	2011
População/Total funcionários (un)	49,59	46,15	39,87	33,33	34,19	34,78
Despesas com Pessoal/Investimentos (%)	85,16%	53,80%	105,78%	71,53%	76,62%	173,99%
Investimentos/Total funcionários (€)	19.008,32 €	29.299,58 €	14.310,81 €	21.965,18 €	21.913,33 €	9.615,79 €
Receita Total/Total funcionários (€)	60.783,34 €	74.851,03 €	55.504,95 €	60.252,68 €	61.454,04 €	46.727,51 €
Despesa de funcionamento/Total funcionários (€)	31.074,42 €	33.608,62 €	29.936,78 €	28.859,58 €	28.934,16 €	28.100,93 €

Do total de funcionários atual constam as transferências de recursos humanos efetuadas ao abrigo da delegação de competências para a Educação por parte da Administração Central (aproximadamente 40 funcionários). Pode verificar-se que a proporção de habitantes por funcionário diminuiu significativamente em 2009, aquando da assunção desta competência. Com a tendência decrescente do número total de colaboradores, o rácio aproximar-se-á dos valores anteriores a 2009.

Como é evidente, as despesas com o pessoal não poderão ser diretamente proporcionais aos investimentos. Os funcionários têm atribuições que permitem assegurar o funcionamento dos serviços e dar resposta às populações. Este fator não está diretamente dependente dos investimentos que o Município realiza. A única leitura direta que poderá merecer será a de que os projetos municipais, tenham ou não por base investimentos, necessitam de colaboradores para os executar e manter.

Dos rácios de produtividade, o que realmente espelha a racionalidade e maximização dos recursos humanos será o da “despesa de funcionamento/total de funcionários”. Como se pode verificar, este rácio tem vindo a diminuir, o que traduz um maior aproveitamento dos recursos disponíveis.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-lei nº54-A/99, de 22 de Fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 “Resultados Transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

Refere ainda que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 «RESERVAS Legais», no valor de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Ano de 2011

Assim para cumprimento desta norma legal, o Município de Óbidos, propõe o Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 4.498.082,04 seja aplicado da seguinte forma:

Reservas legais (5% RL)	€ 224.904,10
Reforço do Património	€ 4.273.177,94.

ÓRGÃO EXECUTIVO

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de 2012

Em _____ de _____ de 2012